

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	13
5.3 - Descrição - Controles Internos	14
5.4 - Programa de Integridade	18
5.5 - Alterações significativas	23
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	24

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	41
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	43
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	44
10.5 - Políticas contábeis críticas	47
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	50
10.8 - Plano de Negócios	51
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Política de Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a. Informar se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 04/04/2018 a Companhia aprovou a reforma estatutária para estar em conformidade com a Lei 13.303/16 “Lei das Estatais”. Esta lei veio disciplinar a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de empresas públicas e sociedades de economia mista. Estabelece uma série de mecanismos de transparência e governança a serem observados pelas estatais, como regras para divulgação de informações, práticas de gestão de risco e controles internos, códigos de conduta, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, constituição e funcionamento dos conselhos, assim como requisitos mínimos para nomeação de dirigentes. Outro ponto de destaque da Lei são as normas de licitações e contratos específicas para empresas públicas e sociedades de economia mista. Consequentemente, a Lei 8.666/93 deixa de ser aplicada a essas entidades, salvo nos casos expressamente descritos. Portanto, não serão utilizadas as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 (convite, concorrência, tomada de preços, concurso e leilão), e sim os procedimentos previstos na Lei 13.303, sendo que, para a aquisição de bens e serviços comuns, deveremos adotar preferencialmente o pregão. Na hipótese de licitação dispensável foi estabelecido o limite de R\$ 50 mil para compras e serviços. (pela regra anterior o limite era R\$ 16 mil). A Lei ainda permite que esses limites de dispensa sejam alterados, para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração, admitindo-se valores diferenciados para cada sociedade. (art. 29. § 3º). E não há limites definidos para essa alteração.

Reproduzimos abaixo os capítulos incluídos no Estatuto da Companhia onde ocorreram as alterações mais relevantes:

CAPÍTULO VII COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

ARTIGO 37 – O Comitê de Elegibilidade verificará a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, para o Conselho Fiscal e para a Diretoria Executiva, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

ARTIGO 38 – O Comitê de Elegibilidade será integrado por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, sem mandato fixo.

Parágrafo Primeiro – Podem fazer parte do Comitê de Elegibilidade, preferencialmente, membros do Comitê de Auditoria Estatutário e empregados da Companhia.

Parágrafo Segundo – O exercício da função no Comitê de Elegibilidade será feito sem remuneração.

ARTIGO 39 – O órgão do Acionista Controlador responsável pelas indicações de administradores e Conselheiros Fiscais encaminhará:

- I – Formulário padronizado para análise do Comitê de Elegibilidade, acompanhado dos documentos comprobatórios e da sua análise prévia de compatibilidade;
- II – Nome e dados da indicação da Secretaria Municipal responsável pela indicação.

Parágrafo Primeiro – O Comitê de Elegibilidade deverá opinar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do formulário padronizado, sob pena de aprovação tácita e responsabilização dos seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

Parágrafo Segundo – O Comitê de Elegibilidade deliberará por maioria de votos, com registro em ata.

Parágrafo Terceiro – Devem ser divulgadas as atas das reuniões do Comitê de Elegibilidade realizadas com o fim de verificar o cumprimento, pelos membros indicados, dos requisitos definidos na política de indicação, devendo ser registradas as eventuais manifestações divergentes de Conselheiros.

CAPÍTULO VIII

ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO.

ARTIGO 40 – A área de Conformidade será responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos e deverá ser vinculada ao Diretor Presidente e liderada por ele próprio ou por outro Diretor.

Parágrafo Único – Caso se suspeite do envolvimento do Diretor Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, o Conselho de Administração poderá deliberar, em reunião

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

própria, que a área de Conformidade se reportará diretamente a ele, por período determinado.

ARTIGO 41 – A área de Conformidade terá por atribuições:

- I Propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;
- II Verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;
- III Comunicar à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à empresa;
- IV Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;
- V Elaboração, divulgação e verificação do cumprimento do Código de Conduta e Integridade;
- VI Gestão de canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais;
- VII Estabelecer mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;
- VIII Propor procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- IX Coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a empresa;
- X Coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;
- XI Estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;
- XII Elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;
- XIII Garantir a transparência da pessoa jurídica;
- XIV Garantir a confiabilidade dos indicadores de desempenho da entidade;
- XV Outras atividades correlatas definidas pelo Diretor estatutário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

CAPÍTULO IX AUDITORIA INTERNA

ARTIGO 42 – A Auditoria Interna será vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, e compreende um conjunto de mecanismos que avaliam a conformidade dos trabalhos, processos e resultados da Companhia com as normas dos órgãos que a regulam.

ARTIGO 43 – À Auditoria Interna compete aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

CAPÍTULO X

REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Posse, Impedimentos e Vedações

ARTIGO 44 – Os membros dos órgãos estatutários serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e notório conhecimento, observados os demais requisitos normativos, especialmente os dispostos na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Parágrafo Único – Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento às exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente.

ARTIGO 45 – Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas.

Parágrafo Único – O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição ou indicação, quando couber, sob pena de sua ineficácia.

ARTIGO 46 – Nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, a posse e investidura no cargo ficam condicionadas à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio, a qual ficará arquivada no serviço de pessoal competente.

Parágrafo Primeiro – Para as finalidades do caput deste artigo, poderá ser considerada a declaração de bens exigida pela legislação do Imposto de Renda, referente ao ano base imediatamente anterior à data da investidura ou término do exercício do cargo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Parágrafo Segundo – A declaração de bens deverá ser anualmente atualizada e, também, na data em que o membro do órgão estatutário deixar o cargo.

ARTIGO 47 – Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considerar-se-á automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a eleição dos respectivos substitutos.

Remuneração e Licenças

ARTIGO 48 – A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário.

ARTIGO 49 – Os membros de Conselhos e Comitês estatutários deverão participar, no mínimo anualmente, de avaliação de desempenho individual e coletiva, que avalie no mínimo os seguintes requisitos:

- I. Atos de gestão praticados, quanto à licitude e eficácia da ação administrativa;
- II. Contribuição para o resultado do exercício;
- III. Consecução dos objetivos estabelecidos no Compromisso de Desempenho Institucional e atendimento a estratégia de longo prazo.

Parágrafo Único – Compore a avaliação dos administradores a obrigação de participar, por ocasião da posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e demais temas relacionados à atividade da empresa.

ARTIGO 50 – Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 03 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Disposições gerais

ARTIGO 51 – É expressamente vedado e nulo, em relação à Companhia, o uso da denominação social em negócios estranhos aos seus objetivos, tais como a concessão de avais, fianças e qualquer outro ato de mero favor.

A Companhia entende que uma efetiva gestão de riscos torna-se fundamental e imprescindível para o atingimento, de forma sólida, de seus objetivos, bem como para a continuidade de seus negócios. Deste modo, desenvolveu sua estratégia de gerenciamento dos riscos com objetivo de estabelecer uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

O processo de gestão integrada de riscos atualmente é orientado por uma política única e coordenada pela DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos), de forma a garantir a visão sistêmica e integrada dos resultados e sua padronização entre todos os departamentos da Companhia.

A versão vigente da Política de Gestão de Riscos da SPTuris (“Política de Gestão de Riscos e Controles Internos”) está aderente às novas demandas e boas práticas de conformidade. O documento (constituído de princípios, diretrizes, autoridade e responsabilidade) foi aprovado pela Diretoria Executiva em 20/06/2018 e segue em implantação operacional pela DCO.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos da Companhia se fundamenta em apoiar o plano de crescimento, o planejamento estratégico e a continuidade dos negócios, bem como fortalecer as práticas de governança corporativa. Em linha com esta política, a Companhia definirá ações de mitigação adequadas para um grupo de riscos que são priorizados anualmente, em função de seu nível de exposição, pela Diretoria Executiva.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Com base na referida política e na estrutura organizacional de gestão de riscos e controles internos, em conjunto com as áreas de negócio e áreas de suporte, a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Companhia, sua reputação, seus resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, dentre os quais destacam-se:

Riscos Estratégicos: são aqueles pertinentes aos objetivos estratégicos e à estrutura organizacional da Companhia, bem como ao atingimento das metas contidas no Planejamento Estratégico e no Plano de Negócios aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Incluem-se os riscos decorrentes da habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças no setor de turismo e eventos, em especial relativos à demanda dos seus produtos e estrutura de capital da Companhia.

Riscos Operacionais: são aqueles pertinentes às atividades operacionais realizadas pela Companhia em seu dia a dia, bem como aos seus trâmites regulatórios, relacionados à gestão e uso consciente de seus ativos para geração de valor. Incluem-se os riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações e projetos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia

Riscos Financeiros: são aqueles referentes ao mercado em que a Companhia atua, bem como à gestão do seu caixa e à sua capacidade de crédito e liquidez, e que podem afetar a capacidade de honrar compromissos junto a fornecedores, credores e consumidores relacionados. Incluem-se os riscos de aumentos dos custos das operações da Companhia, em virtude, não só de condições de mercado, como também decorrentes de alterações legais e regulatórias.

Riscos de Conformidade: são aqueles referentes ao cumprimento das leis e regulamentos aos quais a Companhia está submetida, bem como em relação à manutenção do mais elevado padrão de governança e transparência, e de aderência às normas anticorrupção e antifraude, evitando, assim, sanções legais ou regulatórias, e instauração de processos legais contra a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Política de Gestão de Riscos e os normativos dela derivados têm por objetivo a estruturação da metodologia de riscos, identificação dos riscos, avaliação dos riscos, resposta dos riscos, e gestão dos riscos inerentes às atividades da Companhia, incorporando a visão integrada de riscos à tomada de decisões estratégicas. De forma geral seus princípios preveem:

- Resguardar a vida, direitos, obrigações, instalações, processos, informações, reputação e imagem;
- Gestão de riscos e controles internos alinhados ao Planejamento Estratégico;
- Considerar a gestão integrada e os riscos em todas as decisões;
- Ações de resposta ao risco, considerando consequências cumulativas de longo prazo;
- Promover altos valores de ética, integridade de transparência;
- Estrutura e gestão corporativa de conformidade, efetiva, consistente, reportes seguros e tempestivos;
- Atuar preventivamente evitando exposição a riscos de fraude, atos de corrupção, improbidade, má conduta.

O processo de gestão de riscos é conduzido pela DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos) e os resultados obtidos no processo enviados à apreciação da Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Tendo como bases metodológicas conceituadas como o COSO, o modelo de gestão integrada de riscos partirá da identificação e consolidação em matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais a Companhia se encontra exposta, para posterior identificação, avaliação, resposta e gestão de referidos riscos através de processos específicos para cada uma das 5 etapas:

1) Análise de ambiente e fixação de objetivos: avaliação e aprovação, junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, das principais variáveis de ambiente, objetivos a serem mensuráveis, e apetite e tolerância ao risco, para o gerenciamento de riscos.

2) Identificação de eventos de riscos: reconhecer e descrever os

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

riscos, seus fatores geradores, impactos e responsáveis. Realizado com a participação de todos os envolvidos nos processos de negócio, o resultado é uma matriz priorizada de riscos corporativos para posterior análise e resposta aos riscos. A matriz é revisada anualmente e, a cada dois anos, uma nova versão deve ser formalmente aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

3) Avaliação de eventos de riscos: realização de análises qualitativas e quantitativas visando à definição do impacto e da probabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados.

4) Resposta aos riscos: o tratamento dos riscos ocorre após a avaliação. São definidas quais posições a Companhia assumirá diante da possível materialização de um determinado risco. Possíveis respostas consistem em:

- evitá-los;
- mitigá-los, pela definição de planos de ação e controles internos;
- compartilhá-los, utilizando-se seguros; ou
- aceitá-los.

A decisão depende, principalmente, do grau de apetite e tolerância ao risco, previamente homologado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

5) Informação, comunicação e monitoramento: constitui no desempenho de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, que visam acompanhamento dos indicadores gerenciais, a supervisão da implantação e manutenção dos planos de ação definidos, e a verificação do alcance das metas estabelecidas. A comunicação ocorre de forma paralela às demais e deve atingir a todas as partes interessadas, de maneira clara e objetiva, respeitando-se as boas práticas de governança exigidas pelo mercado.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em linha com a Política de Gestão de Riscos, estão envolvidos diretamente na identificação, avaliação, respostas e monitoramento dos riscos os seguintes órgãos da Companhia:

Conselho de Administração (CA): aprovar o nível de tolerância ao risco da Companhia proposto pela Diretoria Executiva; acompanhar, de forma sistemática, a gestão de riscos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

apoiar e conduzir práticas de negócio, considerando a ética como um valor imprescindível na aplicação diária das decisões.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE): assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos; ter conhecimento das ações de integridade corporativa da Companhia, por meio de relatórios elaborados pela DCO, e reportá-los, no âmbito de suas atividades, ao Conselho de Administração, quando julgar necessário.

Auditoria Interna (AI): avaliar, de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomendar melhorias.

Conselho Fiscal (CF): conhecer os riscos mais significantes para a Companhia e monitorar se a administração está tratando-os de forma adequada.

Diretoria Executiva (DE):

- a. Propor o nível de tolerância ao risco, no momento da definição do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios, considerando, dentre outras, a análise quantitativa e qualitativa de riscos de ambos;
- b. Aprovar a tolerância aos riscos empresariais, principalmente, mas não se limitando, ao dimensionamento de liquidez e alocação de caixa da Companhia;
- c. Garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o nível de tolerância ao risco e as estratégias da Companhia sejam executadas e monitoradas continuamente;
- d. Conduzir práticas de negócio que atendam às normas e regulamentações dos órgãos reguladores, bem como às legislações de anticorrupção e de combate à lavagem de dinheiro aplicáveis à Companhia;
- e. Apoiar e conduzir práticas de negócio, considerando a ética como um valor imprescindível na aplicação diária das decisões;
- f. Assegurar que as ações de conformidade sejam observadas nas proposições apresentadas pelas áreas da Companhia.

Diretoria de Conformidade DCO:

- a. Definir metodologia corporativa de gestão de riscos pautada numa visão integrada e sistêmica, que possibilite um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos nos mais diversos níveis hierárquicos da Companhia;
- b. Estimular a integração e capturar a sinergia das ações de gestão de riscos dentre as diversas unidades organizacionais, assim como dentre os demais processos de negócio, gestão e serviços corporativos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- c. Disseminar conhecimentos em gerenciamento de riscos e controles internos para toda a força de trabalho;
- d. Monitorar e reportar periodicamente à Alta Administração o efeito dos principais riscos nos resultados integrados da Companhia;
- e. Apoiar na identificação, avaliação e indicação do gestor com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco;
- f. Auxiliar os gestores a avaliar e revisar os procedimentos de suas áreas, disseminando a cultura de prevenção de riscos;
- g. Adotar procedimentos de controle preventivo e detectivo dos pontos destacados pelas auditorias (interna e externa) e órgãos reguladores;
- h. Elaborar relatórios sobre as ações de integridade corporativa da Companhia, e reportá-los, periodicamente, ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Gerência Jurídica (GJU): orientar a Companhia em relação às normas aplicáveis e alterações legislativas pertinentes.

Ouvidoria: assegurar o envio, à Diretoria de Conformidade, da totalidade das denúncias recebidas, respeitados os devidos parâmetros de classificação.

Titulares da estrutura geral da Companhia: manter atualizada a matriz de riscos, em articulação com a DCO; assegurar a adequação aos normativos internos; apoiar a definição de planos de ação para mitigação dos riscos de não conformidade.

Titulares das unidades organizacionais (gestores):

- a. Coordenar, promover e acompanhar as ações de gestão de riscos na sua área de atuação, avaliando continuamente seus processos, analisando riscos envolvidos e garantindo a efetividade dos controles e conformidade dos processos;
 - b. Atuar conforme os princípios de conduta e ética da Companhia;
 - c. Desenvolver e aprimorar metodologias de seu processo, de forma a potencializar a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos específicos, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, com as diretrizes e com as normas corporativas de gestão de riscos, em articulação com a DCO;
 - d. Fornecer à DCO, sempre que demandado, todas as informações necessárias para a avaliação integrada dos riscos, o monitoramento e o reporte para a Alta Administração.
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Alta Administração entende que sua estrutura operacional e de controles internos está alinhada com as melhores práticas vigentes. Não obstante, a Companhia continua investindo na manutenção de um robusto programa de controles internos, buscando o seu aprimoramento contínuo, além da sucessiva melhoria dos seus processos de gestão de riscos e governança corporativa.

Código de Conduta e Integridade:

Alinhado com o objetivo de melhorar constantemente a estrutura operacional e de controles internos, bem como com a Política de Gestão de Riscos adotada, a Companhia tem investido de forma sistemática na revisão e ampliação do alcance de seu Código de Conduta e Integridade, aprovado em 20/06/2018 pela Diretoria Executiva, aplicável a todos os seus colaboradores.

O Código de Conduta e Integridade é um dos principais documentos norteadores da Companhia e seus colaboradores, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento, formaliza os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios, abordando princípios e valores como a ética, integridade, transparência, eficiência, responsabilidade, entre outros, baseando-se em práticas de mercado, de acordo com a Constituição Federal e legislações aplicáveis.

A partir de Agosto/2018 os colaboradores tomam conhecimento do Código de Conduta e Integridade logo após a sua contratação. Durante o período de ambientação do novo empregado ele recebe um exemplar do Código de Ética da Companhia, e assina um termo atestando que o leu, o compreendeu, comprometendo-se a cumprir todas as suas diretrizes.

Canal de Denúncias:

Eventuais denúncias relativas a desvios de conduta cometidos por empregados da Companhia são recebidas pela Ouvidoria, órgão interno, subordinado ao Conselho de Administração, que recebe as denúncias, avalia a admissibilidade de cada uma delas e propõe a melhor condução envolvendo os departamentos, pessoas e órgãos necessários.

Esse canal também recebe e trata denúncias dos empregados, demais colaboradores e da sociedade em geral, sendo assegurado o caráter anônimo da denúncia a critério do denunciante. O acesso ao canal de denúncias pode ser feito pelos website <http://www.spturis.com/v7/denuncia.php> ou telefone (11) 2089-0652.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrever se emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando:****a. em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorre em qualquer risco financeiro de mercado (associado a moedas estrangeiras, derivativos etc.), pois suas receitas e despesas estão todas associadas em moeda nacional.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção
- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
- iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
- v. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorre em qualquer risco financeiro de mercado (associado a moedas estrangeiras, derivativos etc.), pois suas receitas e despesas estão todas associadas em moeda nacional.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorre em qualquer risco financeiro de mercado (associado a moedas estrangeiras, derivativos etc.), pois suas receitas e despesas estão todas associadas em moeda nacional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controle interno efetivo sobre a divulgação das informações financeiras e pela avaliação sobre a eficácia do controle interno quanto à divulgação de informações financeiras.

O controle interno sobre a divulgação das informações financeiras está definido como um processo destinado a proporcionar razoável segurança quanto à confiabilidade das informações financeiras e à elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e inclui políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que reflitam as operações e alienações de ativos da Companhia de forma razoavelmente detalhada, precisa e correta; (2) proporcionem razoável segurança de que as operações sejam registradas da forma necessária para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e os dispêndios da Companhia estejam sendo feitos somente conforme as autorizações da administração e do Conselho de Administração da Companhia; e (3) proporcionem razoável segurança com relação à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou alienação não autorizados de ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras auditadas.

Embora haja limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, inclusive a possibilidade de erro humano e elisão ou inobservância dos controles e procedimentos, os controles e procedimentos de divulgação da Companhia destinam-se a oferecer garantia razoável de consecução de seus objetivos.

Quaisquer falhas identificadas na execução de controles, durante o exercício, são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício.

Em 01/01/2016 entrou em produção o sistema de software ao qual a elaboração das demonstrações financeiras está integrado. O nome deste sistema é ERP Totvs Protheus.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O principal objetivo da implementação do software integrado (ERP), foi a implantação de controles internos melhor gerenciados, a obtenção dos registros de forma mais eficiente e detalhada em tempo real, a geração dos lançamentos contábeis pela execução dos fatos geradores, a obtenção de informações de forma padronizada e fidedigna, o rateio de custos e despesas de forma automatizada, a obtenção de relatórios para análise e tomada de decisão mais rápida e eficaz.

Nem todos os departamentos foram integrados inicialmente devido a dificuldades operacionais, porém as áreas de Finanças, Contabilidade, Fiscal, Compras, Licitações, Gestão de Contratos, Almoxarifado e Estoque, e RH estão integrados e com suas funcionalidades adequadas.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não realizamos nenhuma mudança em nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras que tenha afetado de forma relevante ou possa razoavelmente afetar de forma relevante nosso controle interno sobre a divulgação de informações financeiras.

A partir das demonstrações intermediárias de 31/03/2019, atendendo recomendações do Tribunal de Contas do Município - TCM, que chamou a atenção ao fato de a empresa contabilizar custos em despesas, passamos a contabilizar os gastos com pessoal e encargos, dos departamentos de produção, em contas do grupo de custos. No entanto, esta departamentalização dos custos ainda não contempla alocações de mão de obra direta aos produtos, tendo em vista que a empresa não faz a aferição de horas aplicadas. Por conseguinte, também não são feitas quaisquer alocações de custos indiretos apropriáveis nesta base.

Como bem observou o TCM, a falta da devida apropriação de custos prejudica a estipulação do preço de nossos produtos, trazendo, também, via de consequência, prestações de contas sem integridade com os custos reais dos nossos produtos. Quaisquer pleitos para eventuais aumentos nos preços junto aos nossos clientes, é prejudicada face a falta de justificativas estruturadas nos aumentos de custos. Os resultados negativos ao longo dos anos podem ter origem na falta de controles internos para combater estas deficiências.

Política de controles internos

Com a criação da Gerência de Auditoria e Controle Interno bem como a DCO (Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos), espera-se que seja estabelecidas metas de trabalho adequadas relativamente à descrição e avaliação do sistema de controle interno da SPTuris.

Os trabalhos em desenvolvimento e as análises de todos os ciclos transacionais tem previsão de conclusão em meados de 2019.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O escopo de nossos trabalhos quanto à descrição e avaliação do sistema de controle interno é coincidente com o requerido para trabalhos de auditoria independente, porém muito mais abrangente quanto à amplitude e objetivos.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC)), que em Fev/2018 passou a se chamar Secretaria de Governança Corporativa (SGC)

Gerência de Auditoria e Controle Interno (GAI) Ouvidoria (OUV)

Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos (DCO), criada em Jun/2018

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), criado em Mai/2018

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Gerente de Auditoria Interna

Diretor de Conformidade

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Conciliação de Depósitos Judiciais - Ausência de controle sobre os depósitos judiciais;

Ativos totalmente depreciados no relatório de imobilizado - Ausência de Inventário do Ativo Imobilizado;

Diferença entre Contabilidade e Sistema de Gestão de Ativo Fixo, no cálculo de depreciação e amortização desde 2016.

As áreas jurídica e financeira estão em 2019 com plano de ação em andamento para correção dos tópicos acima.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Diretoria da São Paulo Turismo está ciente da importância da solução das recomendações apontadas no item “d”, bem como o Plano de Ação proposta para solução dos mesmos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Está em execução um trabalho de identificação e avaliação de riscos relacionados a fraude e corrupção para os processos que possuem interface com agentes públicos. Este trabalho está sendo desenvolvido com base nas práticas da Lei Anticorrupção 12.846/2013 e se tornará um procedimento homologado pela Companhia em 2018.

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

- a)** Em 2018, em trabalhos de adequação a Lei 13.303/16 e a Lei 12.846, a Companhia criou e implementou em Abril de 2018 a Diretoria de Conformidade (*Compliance*), o Comitê de Auditoria Estatutária, o Comitê de Elegibilidade, e já possuía na sua estrutura as áreas de Auditoria Interna e a Ouvidoria para receber e apurar denúncias caso ocorram.

- b) Mecanismos e Procedimentos de Integridade**

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna que atua na avaliação da efetividade e eficiência dos Controles Internos. A priorização das Auditorias é realizada com base na avaliação dos riscos, que são revisitados anualmente, dependendo de sua criticidade.

Ademais, a DCO Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos é a responsável e guardiã do Código de Conduta e Integridade, revisado anualmente. Os funcionários anualmente são treinados e a Companhia conta com os canais de denúncia, Ouvidoria, DCO e GAI Gerência de Auditoria Interna para avaliação e tratativa dos procedimentos de integridade. Políticas, regimentos, códigos, procedimentos e normas são revalidados pontualmente conforme necessidade, ou no máximo em 1 ano caso não tenha ocorrido necessidade nos últimos 12 meses.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.**

Atualmente, o acompanhamento do cumprimento das normas está sob a responsabilidade da Auditoria Interna. Este ano foi implementada a área de Compliance na Companhia através da criação da DCO aprovada pela Diretoria Executiva em Abril/2018 e pelo Conselho de Administração em Abril/2018.

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia implantou o Código de Ética e Integridade e seus diretores e colaboradores observam o cumprimento que definem os comitês conforme constante do item i.a) acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**
- O Código de Ética e Integridade foi aprovado pela Diretoria Executiva em 20/06/2018, divulgando-o na Companhia nos meses de Junho e Julho de 2018. Adicionalmente um conjunto de regras e procedimentos que são aplicados e controlados pela auditoria interna.
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:**
- Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Conselho de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade foram treinados em Julho de 2018 acerca do Código de Ética e Integridade, bem como da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:**

As sanções aplicáveis estão detalhadamente previstas no Manual de Normas e Procedimentos, Norma Geral da Gerência de Recursos Humanos NG GHR 07 (Conduta Funcional). Tais sanções estabelecidas preveem:

- Sanções estabelecidas:
 - Advertência verbal;
 - Advertência escrita particular;
 - Suspensão temporária da função ou de atividades;
 - Demissão;
 - Eventual responsabilização prevista em lei
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**
 - O Código de Ética e Integridade foi aprovado pela Diretoria Executiva em 20/06/2018, e pode ser consultado no portal de Governança Corporativa da Companhia na internet através do endereço <http://www.spturis.com.br/transparencia/?a=Governanca>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A companhia possui um canal de denúncias, tendo a Ouvidoria como responsável pela gestão deste canal.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias através da Ouvidoria, é interno, com profissionais da própria empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias da Companhia está disponível para denúncias internas e externas e pode ser acessado no endereço <http://spturis.com/v7/denuncia.php>, telefone (11) 2089-0652, e-mail ouvidoria@spturis.com, ou presencialmente na sede da empresa.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Os colaboradores podem ou não se identificar na abertura da denúncia. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Área de auditoria e Ouvidoria.

A DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos) recebe 100% das denúncias e avalia se os canais, controles e procedimentos são eficientes e eficazes.

- c. **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A empresa não tem efetuado nenhum procedimento em processos de fusão, aquisição e ou reestruturação societária e não tem em vista fazê-lo, por não ser objeto operacional ou estratégico.

- d. **caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Para promover os mais altos padrões de ética, integridade e transparência, no primeiro semestre de 2018 a Companhia implementou e/ou aprimorou todo o arcabouço proveniente da Lei das Estatais 13.303/2016, a saber:

- Código de Conduta e Integridade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
- Política de Divulgação de Informações
- Política de Distribuição de Dividendos
- Política de Transação com Partes Relacionadas
- Carta Anual de Governança Corporativa
- Planejamento Estratégico
- Plano de Negócios
- Planos de Avaliação de Desempenho e Treinamentos
- Relatório de Sustentabilidade
- Regimento do Comitê de Elegibilidade
- Regimento do Comitê de Auditoria Estatutário
- Regulamento de Licitações e Contratos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Podem haver alterações significativas nos principais riscos, tendo em vista que a Companhia esta em processo de desestatização e eventuais contratos e/ou relações com entidades governamentais e partes relacionadas podem sofrer alterações.

Porém, não houve alterações no último exercício.

Com a criação da DCO (Diretoria de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos), e a implantação de um processo integrado de gestão de riscos, a Companhia pretende obter um mapeamento mais preciso e com isso um melhor acompanhamento e tratativa de resposta a estes riscos, como por exemplo risco estratégico e de imagem, assim como outros citados na seção 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre

As informações financeiras apresentadas neste item refletem os dados relativos às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e auditadas e revisadas pela Berkan Auditores Independentes S/S, em 2018h 2017 e 2016.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir apresentamos os índices que comprovam a situação Financeira da Companhia.

Índices de Liquidez			
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Corrente	0,69	1,05	0,65
Seca	0,67	1,04	0,63
Geral	0,11	0,24	0,14

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da Companhia frente às suas obrigações. Pelos índices de liquidez corrente e seca, percebemos que a Companhia apresentou aumento em seu índice de liquidez no período de 2016 para 2017 e uma redução de 2017 para 2018. Os motivos para tanto foram a diminuição no contas a receber em 54% face a diminuição de contratos com a Prefeitura de São Paulo - PMSP, e redução das receitas com a PMSP de 2017 para 2018, que foi de 42%, refletindo nas disponibilidades, pois as despesas e custos de pessoal praticamente se mantiveram, com pequeno aumento de 0,5% de 2017 para 2018, já que, embora a Companhia tenha perdido alguns eventos, que foram produzidos em outras Secretarias da PMSP, tendo em vista o processo de privatização, ainda pode ser contratada pela Secretaria de Turismo, e, portanto, deve manter as equipes de produção, pois, além de as contratações de trabalhadores estarem sujeitas a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

concursos, são trabalhos geralmente complexos. Houve também uma redução de receitas de locações de 16% de 2017 para 2018.

No mais, pelo índice de liquidez geral, a redução relevante, em 2016, também decorre do provisionamento do processo judicial movido pela empresa SPTrans.

Índices de Endividamento do Ativo			
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Geral	84	69	79

O índice de endividamento revela o montante de recursos de terceiros em relação ao total do ativo, que estão sendo utilizados. As variações decorreram principalmente das estimativas das provisões para contingências.

b. Estrutura de capital

A composição das dívidas de longo prazo com terceiros são, em geral, as que correspondem à estrutura de capital de uma empresa, sendo que na SPTURIS são as seguintes:

Descrição	Item	2018	2017	2016
Empresas / Entidades do município	1	1.656	3.070	4.551
Obrigações tributárias	2	72.127	72.507	70.148
Provisões para contingências	3	73.356	55.352	69.543
Receitas diferidas	4	19.371	21.884	23.186
Subvenções para investimentos	5	15.476	-	-
T o t a l		152.813	167.428	152.813

Entendemos, no nosso melhor conhecimento, que apenas o item 6 acima teve como

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

origem o condão de aumentar o valor da Companhia. Até 2017, tal rubrica integrava indevidamente o grupo do patrimônio líquido.

Item 1: É decorrente do parcelamento do INSS em bloco das entidades municipais e dos ajustes finais, pois algumas empresas pagaram pelas outras, restando dívidas entre elas;

Item 2: Também é decorrente de parcelamento de tributos municipais em atraso;

Item 3: Não se trata de um financiamento, mas sim de obrigações por fatos consumados, não visando a investimentos com finalidades de prospecção de receitas;

Item 4: Trata-se de receitas diferidas, obtidas pelo perdão ou redução de multas e encargos de mora de tributos municipais, os quais são reconhecidos à medida que a dívida mencionada no item 2 é paga.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, 21/05/2019, as obrigações contratuais da Companhia previstas nos seus financiamentos (parcelamentos de tributos) correm o risco de não serem regularmente cumpridas, já que o saldo de disponibilidades está em R\$ 864 mil. Nas disponibilidades não são consideradas as contas vinculadas aos recursos recebidos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, já que tais valores são comprometidos aos projetos.

Ativos financeiros de curto prazo	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata	11.001	31.459	14.265
Clientes	5.412	10.729	9.757
Tributos a recuperar	1.554	2.602	4.118
Total Ativos financeiros	17.967	44.790	28.140

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivos financeiros de curto prazo	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações trabalhistas	17.038	10.274	7.520
Obrigações tributárias	6.089	5.399	9.835
Fornecedores	9.099	9.983	9.603
Partes relacionadas	1.530	1.623	1.636
Total Passivos financeiros	33.756	29.111	28.594

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Proporção de ativos financeiros em relação aos passivos financeiros	0,53	1,53	0,98

Em 2017 a Companhia recebeu R\$ 41.770 mil da acionista majoritária em aporte de capital.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A Companhia não contraiu financiamentos para capital de giro ou para investimentos junto a instituições financeiras para o período de 2016 a 2018. Todos os recursos são provenientes de suas atividades operacionais e de aporte de recursos pela acionista majoritária, ou, ainda, de convênios federais, sendo, neste último caso, atrelados a projetos específicos de investimentos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Não é descartada a possibilidade de buscar recursos em instituições financeiras que a Companhia mantenha conta corrente de depósitos à vista, porém não existem cenários que projetem essa situação no momento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes****ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos e outras instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os parcelamentos existentes são os descritos abaixo e trata-se de parcelamento de impostos:

Dívidas	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	Grau de subordinação
Parcelamento / Empresas PMSP - INSS	3.186	4.693	6.187	Garantia não exigida
Parcelamento IPTU/ISS Lei Municipal 14.129/06	70.596	70.410	67.430	Garantia não exigida
Receita Diferida – ISS/IPTU	20.627	21.884	23.185	Garantia não exigida
T o t a l	94.409	96.987	96.802	

O grau de subordinação é o mesmo, tendo em vista que não foram exigidas garantias para as dívidas do quadro acima.

Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S.A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação, o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S.A. um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

Em 19/06/2015, em assembleia geral, foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 39.902 mil. Essa absorção se deu mediante débito à conta da acionista majoritária, a Prefeitura Municipal de São Paulo, com base no processo municipal nº 2013.0.367.885-0. O valor equivalia à dívida que a São Paulo Turismo S.A. possuía junto à PMSP. Ainda, segundo o referido processo administrativo, no transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo S.A. ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 3.186 mil.

Parcelamento ISS/IPTU

Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal nº 14.129/06, pelo qual as obrigações, desde 1991, para o IPTU, e, desde 1997, para o ISS, foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Todos os pagamentos são feitos via débito automático e estão regulares, tendo sido pagas 150 parcelas até 31/12/2018.

Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal nº 14.129/06, relativos aos tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento. Conforme as parcelas são pagas, o respectivo benefício é reconhecido em receita.

- iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Nos termos do art. 23 do Estatuto Social da Companhia, os atos de alienação de bens do ativo, adquirir, onerar ou alienar bens imóveis, dependem de autorização prévia do Conselho de Administração, cujos membros, em sua maioria, são eleitos pela acionista controladora, a Prefeitura do Município de São Paulo.

De igual modo, contrair obrigações financeiras, superiores, individualmente, à 10% do capital social, também precisam de aprovação do Conselho de Administração.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As restrições para a alienação de controle societário que se aplicam à Companhia são as normas da legislação ordinária e as normas que regem a alienação de ativos da Prefeitura do Município de São Paulo, além daquelas que devem ser observadas, também nos âmbitos Legislativo e Judiciário. A Companhia busca cumprir todas as normas para as sociedades anônimas de capital aberto, em relação a privatização em andamento.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos. Possui, unicamente, dívidas relativas a parcelamentos relacionadas a tributos, sendo estes, apenas, no âmbito municipal.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	<u>2018</u>	AV	<u>2017</u>	AV	<u>2016</u>	AV
Ativo	255.270	100%	285.124	100%	266.614	100%
Circulante	22.869	9%	47.176	17%	29.129	11%
Caixa e equivalentes de caixa	14.387	6%	33.216	12%	14.265	5%
Clientes	5.412	2%	10.729	4%	9.757	4%
Almoxarifado	502	0%	394	0%	685	0%
Outros valores a receber	2.568	1%	2.837	1%	4.422	2%
Não Circulante	232.401	91%	237.948	83%	237.485	89%
Realizável à longo prazo	1.604	1%	1.296	0%	720	0%
Imobilizado	229.417	90%	234.753	82%	234.963	88%
Intangível	1.380	0%	1.899	1%	1.802	1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>2018</u>	AV	<u>2017</u>	AV	<u>2016</u>	AV
Passivo	255.270	100%	285.124	100%	266.614	100%
Circulante	33.122	13%	44.749	16%	45.171	17%
Empresas Municipais	1.531	1%	1.623	1%	1.636	1%
Fornecedores	9.099	4%	9.983	4%	9.603	4%
Obrigações trabalhistas	7.273	3%	12.106	4%	7.520	3%
Obrigações tributárias	4.833	2%	5.399	2%	4.627	2%
Adiantamentos de clientes	8.093	3%	11.271	4%	16.351	6%
Receita Diferida – ISS/IPTU	1.256	0%	-	-	-	-
Outras exigibilidades	1.037	0%	4.367	2%	5.434	2%
Não Circulante	182.099	71%	152.813	54%	167.428	63%
Acordo PMSP/INSS/Empr. Munic.	1.656	1%	3.070	1%	4.551	2%
Cessões de áreas a realizar	144	0%	0	0%	0	0%
Obrigações Tributárias	72.127	28%	72.507	25%	70.148	26%
Provisões para contingências	73.326	29%	55.352	19%	69.543	26%
Receita Diferida – ISS/IPTU	19.371	7%	21.884	8%	23.186	9%
Subvenções para investimentos	15.475	6%	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	40.049	16%	87.562	20%	54.015	20%
Capital social	216.713	85%	149.199	52%	149.199	56%
Reservas de Capital	-	0%	60.293	21%	6001	2%
Reserva de reavaliação	118.331	46%	119.307	42%	120.283	45%
Prejuízos acumulados	-294.995	-115%	-241.237	-85%	-221.468	-83%

A seguir estão descritas as principais variações nas contas patrimoniais:

Ativo Circulante**2018 em relação a 2017**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A redução geral dos índices do Ativo Circulante decorre da diminuição de contratos com a Prefeitura de São Paulo - PMSP, e redução das receitas com a PMSP de 2017 para 2018, que foi de 42%, refletindo nas disponibilidades, pois as despesas e custos de pessoal praticamente se mantiveram, com pequeno aumento de 0,5% de 2017 para 2018, já que, embora a Companhia tenha perdido alguns eventos, que foram produzidos em outras Secretarias da PMSP, tendo em vista o processo de privatização, ainda pode ser contratada pela Secretaria de Turismo, e, portanto, deve manter as equipes de produção, pois, além de as contratações de trabalhadores estarem sujeitas a concursos, são trabalhos geralmente complexos. Houve também uma redução de receitas de locações de 16% de 2017 para 2018.

2017 em relação a 2016

Verificou-se aumento nas disponibilidades. O motivo mais relevante pode ser atribuído aos aportes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo.

2016 em relação a 2015

Verificou-se redução nas disponibilidades e nas contas a receber de clientes. O motivo mais relevante ainda são os efeitos da perda de clientes cessionários de áreas do Complexo do Anhembi para espaços da concorrência, e em razão da apresentação de incertezas por parte de alguns clientes quanto às reformas divulgadas pelo projeto Novo Anhembi, o qual foi revogado. Outrossim, tem-se noticiado a privatização da SPTURIS, sendo que há evidências de ações concretas neste sentido, o que justifica a cautela, neste momento, (i) por parte de clientes que organizam eventos de longa maturação, e que ocupam as maiores áreas, representando as maiores receitas e margens, e, ainda, (ii) a de eventuais investidores/parceiros privados.

Ativo não Circulante

2018 em relação a 2017

A redução do imobilizado deve-se a ajustes contábeis de adequação dos controles de depreciação.

2017 em relação a 2016

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017 foram aplicados R\$ 6.818 mil em obras em andamento, com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

2016 em relação a 2015

Em agosto de 2013, foi assinado o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, acordado com o Ministério do Turismo para transferência de recursos financeiros até o montante de R\$ 60.000 mil por parte da União, para a execução de reforma e melhorias do Complexo do Anhembi, no âmbito do Programa TURISMO, Ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, com base na Lei nº 11.578/2007 – Programa de Aceleração do Crescimento. Até 31/12/2016, haviam sido aplicados R\$ 4.406 mil.

A redução no realizável a longo prazo refere-se, principalmente, a baixa de depósitos judiciais.

Por fim, no ativo intangível, foram apropriados gastos com a implantação do sistema integrado ERP Totvs/Protheus.

Passivo Circulante

2018 em relação a 2017

A redução mais relevante deve-se ao fato de que em 31/12/2017 havia mais valores a repassar para as entidades do samba para a realização do Carnaval futuro. Também decorre de ajustes contábeis de provisões para o longo prazo, diante da perspectiva das soluções ocorrerem em um prazo mais dilatado.

2017 em relação a 2016

Em 2017, foram reconhecidas provisões para reajustes salariais e encargos rescisórios de comissionados.

2016 em relação a 2015

Em janeiro de 2003, o INSS havia consolidado a dívida da Prefeitura Municipal de São Paulo, na qual incluía a dívida da SPTURIS, e de outras empresas do município, num

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

único parcelamento, que seria pago mediante retenções mensais nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. A Prefeitura de São Paulo liquidou o parcelamento, sendo que a SPTURIS liquidou sua dívida com a Prefeitura de São Paulo. No entanto, tendo em vista (i) que a quitação da receita federal ocorria a partir dos débitos mais antigos, e que (ii) dependendo da época da dívida de cada empresa, algumas eram favorecidas em detrimento de outras, fez se necessário um equacionamento das dívidas, o que ocorreu em 2016, apuando-se que a SPTURIS ainda devia R\$ 6.187 mil, sendo R\$ 1.636 mil no circulante e R\$ 4.551 mil no não circulante para outras empresas do município

A redução do nível de atividades em razão da perda dos principais clientes para cessões de áreas, aliada à conjuntura recessiva, refletiu, também, no nível de atividade da Companhia, reduzindo os gastos com fornecedores, adiantamentos de clientes e outras exigibilidades.

Passivo não Circulante**2018 em relação a 2017**

O aumento do passivo não circulante deve se às transferências de provisões do circulante para o longo prazo, em razão da expectativa quanto ao prazo em que ocorrerão as decisões das ações de reajustes de salários em atraso, e também da transferência contábil das subvenções recebidas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, indevidamente contabilizadas no Patrimônio Líquido.

2017 em relação a 2016

A variação mais relevante foi na readequação das estimativas em provisões para contingências, havendo uma redução.

2016 em relação a 2015

O aumento mais relevante decorre do provisionamento da ação da São Paulo Transportes S/A, empresa também controlada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que demandou a SPTURIS por cobrança de transportes de integrantes de escolas de samba nos Carnavais dos anos 1984 a 1997. O provisionamento decorre do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

andamento da ação de execução.

Patrimônio Líquido

Em 2018, houve a integralização dos adiantamentos de capital e a redução relevante deve se principalmente ao prejuízo do exercício de R\$ 55.042 mil

Em 2017, houve um aumento dos recursos aportados pela acionista majoritária, Prefeitura de São Paulo, bem como a reclassificação dos recursos recebidos do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, para o grupo de reservas de capital.

Também houve reversão de provisões para contingências, acarretando prejuízo menor em 2017 em relação a 2016.

Em 2016, houve um aumento dos prejuízos acumulados na ordem de R\$ 62.123 mil, sendo que a provisão para a ação contra a SPTrans representou R\$ 50.732 mil. Em trabalho realizado pela consultoria externa, de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016, foram identificadas possíveis contingências fiscais, sendo que a Administração da Companhia entendeu que deveriam ser reconhecidas as seguintes: (a) PIS e COFINS - R\$ 6.106 mil, (ii) IRPJ e CSL - R\$ 268 mil, e (iii) encargos trabalhistas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- R\$ 2.025 mil. O valor de R\$ 6.200 mil, relativos a depósitos judiciais ativados, foram transferidos para despesas, por conservadorismo, e orientação de nossos auditores, diante dos controles que foram considerados insatisfatórios.

A seguir estão descritas as principais variações nas contas de resultado da Companhia:

	<u>2018</u>	AV	<u>2017</u>	AV	<u>2016</u>	AV
Receita Operacional Líquida	78.110	100%	117.679	100%	184.917	100%
Custo dos Serviços Prestados	-46.690	-60%	-72.029	-61%	-92.532	-50%
Resultado Bruto	31.420	40%	45.650	39%	92.385	50%
Despesas Operacionais	-83.820	-107%	-62.238	-53%	- 155.013	-84%
Despesas administrativas	-87.752	-112%	-66.201	-56%	- 158.782	-86%
Outras receitas (desp.) operacionais líquidas	3.932	5%	3.963	3%	3.769	2%
Resultado Operacional Antes do Res Financeiro	-52.400	-67%	-16.588	-14%	-62.628	-34%
Despesas financeiras líquidas	-2.642	-3%	-4.465	-4%	-5.522	-3%
Lucro (Prejuízo) antes do Imp de Renda e da Contribuição Social	-55.042	-70%	-21.053	-18%	-68.150	-37%
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0%	0	0%	-282	0%
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	-55.042	-70%	-21.053	-18%	-68.432	-37%

Receita Operacional Líquida

Em 2018, houve a redução de receitas com eventos, em razão de haver sido transferido para a São Paulo de Obras a gestão do autódromo de Interlagos, incluindo a realização da Fórmula 1.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, as receitas de locações reduziram em 37,8% e as de eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo reduziram em 35,2%, em relação ao ano anterior. A receita líquida reduziu em 36,4%.

Em 2016, as receitas de locações reduziram em 33,1% e as de eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo aumentaram em 10,3%, em relação ao ano anterior.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2018 a redução dos custos dos serviços prestados reflete a redução da receita líquida.

Em 2017, os custos dos serviços prestados reduziram em 22,2% em relação ao ano anterior.

A partir de 2016, é apresentada a conta de Custo dos Serviços Prestados comparativamente com o saldo de 2015. Verificou-se uma redução de 23,1%, o que pode ser explicado pela redução do nível de atividade, já que houve redução de receitas de locações.

Despesas Operacionais

Em 2018 houve aumento das provisões trabalhistas e em 2017 houve redução das provisões cíveis.

Em 2017, houve uma redução no grupo de despesas administrativas em 58,3% em relação ao ano anterior, sendo que 65,9% desta redução deveu-se à redução na provisão para contingências cíveis, 11,8% à redução de provisões fiscais, e 11,9% à redução de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Portanto, a redução de despesas administrativas atribuíveis às demais contas foi de 10,2%.

- ☐ Em 2016, houve um aumento das despesas administrativas em 86%, sendo que 61% refere-se à provisão da ação da SPTrans. Provisões fiscais contribuíram com 10% do aumento e reversão de depósitos judiciais em 7%. Também houve aumento no item remunerações, tendo em vista as indenizações do Programa de Demissão Voluntária.
- ☐ Em 2015, a variação principal ocorreu na constituição de provisões para perdas nos créditos de contas a receber por serviços prestados a autarquias da acionista

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

majoritária, a Prefeitura Municipal de São Paulo, e provisão para honorários de sucumbência para perda em ação judicial movida por empresa também da acionista majoritária, a SPTrans.

Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro**Despesas Financeiras Líquidas**

Em 2017, houve uma redução da taxa Selic: 14,0284% em 2016 para 9,9556% em 2017, sendo que 58% da variação das despesas financeiras líquidas, em relação ao ano anterior, decorreram de atualizações de passivos atrelados à taxa Selic.

Em 2016, houve redução das aplicações financeiras, reduzindo-se as receitas correspondentes. O saldo médio das aplicações financeiras de liquidez imediata em 2016 foi de R\$ 9.605 mil e, em 2015, R\$ 27.037 mil.

Em 2015, houve uma redução das despesas financeiras em razão da quitação da dívida PMSP/INSS.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado Operacional e Financeiro****a. Resultado das operações da Companhia****i. Descrição de quaisquer componentes importantes das receitas**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cessões de áreas para eventos	34.405	40.786	65.666
Estacionamento	5.752	5.148	8.177
Produção de eventos	43.623	82.147	127.655
Outras receitas	10.221	8.527	8.137
Total das Receitas	94.001	136.608	209.635
Impostos e deduções	(15.891)	(18.929)	(24.718)
Receita operacional líquida	78.110	117.679	184.917

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, ocorreu a perda da gestão do equipamento da Prefeitura, o Autódromo de Interlagos, do qual não se obteve sua principal receita, o evento "Fórmula 1".

Em 2017, ainda ocorreram os efeitos dos cancelamentos de contratos de cessões de áreas firmados em anos anteriores, que também refletem nas receitas do estacionamento. Também houve redução na receita de produção de eventos face à política de contenção de despesas do nosso principal cliente, a Prefeitura do Município de São Paulo.

Em 2016, ainda ocorreram os efeitos dos cancelamentos de contratos de cessões de áreas firmados em anos anteriores, que também refletiram nas receitas do estacionamento. A Companhia e a PMSP buscam acelerar as definições administrativas para tentar a recuperação do Pavilhão, que, no momento se propõe pela privatização. As incertezas quanto aos modelos de desestatização ou continuação administrativa geraram incertezas para os clientes cujos eventos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

demandam longo prazo de maturação. Estes eventos são os que mais geram receitas e margens de lucro. Por sua vez, houve um esforço na obtenção de receitas em outros segmentos, principalmente para eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços.

Não ocorreram efeitos relevantes nas receitas atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro econômico brasileiro, em relação a cada um dos três últimos exercícios.

c. Impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia.

Não ocorreram efeitos relevantes no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia, atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro econômico em relação a cada um dos três últimos exercícios, sobre insumos e produtos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras.****a. Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não houve introdução de segmento operacional. Em 2018, face ao processo de desestatização da Companhia, perdemos a prerrogativa para alguns eventos realizados para a Prefeitura, e também deixamos de realizar a gestão do equipamento da PMSP, o "Autódromo de Interlagos", e por consequência, o evento "Fórmula 1". A gestão foi transferida para a empresa da Prefeitura São Paulo Obras, inclusive o "know how" para a realização do evento, de forma colaborativa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Durante o ano de 2017, foram registradas provisões para dissídio e encargos, em razão do julgamento favorável, aos empregados da Companhia, decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

Também foram reconhecidas verbas de aviso prévio, FGTS, multa rescisória e contribuição decorrentes de rescisões a partir de 01/02/2017, de colaboradores de livre provimento demitidos sem justa causa.

Ainda, a Companhia arcou com o recolhimento da taxa de R\$ 2.714 mil ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito, em razão de ser considerada como Polo Gerador de Tráfego.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfase presente no parecer do auditor.****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Com relação à 2016, reproduzimos a nota explicativa nº 4 do balanço.

Reapresentação dos saldos de exercícios anteriores

Na publicação das Demonstrações Financeiras de 31/12/2016 houve entendimento de que havia necessidade da reapresentação da demonstração financeira comparativa de 31 de dezembro de 2015, conforme disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros em virtude das reclassificações.

Os impactos na demonstração financeira, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram os seguintes:

- ☐ Reclassificação de cheques pendentes de caixas e equivalentes caixas para outros valores a receber;
- ☐ Reclassificação das contrapartidas de contas a receber de contratos de cessões de áreas a realizar do passivo como retificadoras das contas a receber circulante;
- ☐ Reclassificação de outros valores a receber para melhor discriminação como tributos a recuperar;
- ☐ Reclassificação de adiantamentos de clientes para recursos municipais para eventos, para melhor discriminação, quanto a natureza destes adiantamentos para eventos da Prefeitura.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Contas	Saldos cfe. Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldo reapresentado
Caixa e equivalentes Caixa	31.177	(27) C	31.150
Contas a receber de clientes	36.545	(14.790) C	21.755
Outros valores a receber	4.527	(3.982) C	545
Tributos a recuperar	-	4.009 D	4.009
Contas a receber de clientes	47.546	(47.546) C	-
Cessões de áreas a realizar CP	44.253	(44.253) D	-
Autódromo de Interlagos	1.065	(1.065) D	-
Outras exigibilidades	7.149	(6.394) D	785
Recursos municipais	-	7.405 C	7.405
Adiantamentos de clientes CP	-	26.600 C	26.600
Empresas municipais	-	24 C	24
Cessões de áreas a a realizar LP	55.632	(55.632) D	-
Adiantamentos de clientes LP	-	10.949 C	10.949

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não produziram efeitos nos resultados.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

- O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 2018 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

"A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 55.042 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 21.052 em 31 de dezembro de 2017) e que, naquela data, o patrimônio na rubrica de prejuízos acumulados as perdas acumuladas de R\$ 294.995 (R\$ 241.237 em 31 de dezembro de 2017). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr. 23, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A.** foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto."

- O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 2017 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

"A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 21.053. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$68.432 em 31 de dezembro de 2016) e que, naquela data, o patrimônio na rubrica de prejuízos acumulados as perdas acumuladas de R\$241.237 (R\$221.468 em 31 de dezembro de 2016). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr. 24, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A.** foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto."

- O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo de 2016 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

"A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 68.432 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$16.042, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito nas Notas Explicativas nrs. 04 e 25, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A.** foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto."

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Provisão para Contingência

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos dos Carnavais de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 57.184 mil, passou a ser avaliado integralmente, em 31/12/2016, de possível para provável perda.

Em 27/01/2016, por meio de ofício direcionado às Companhias, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo se manifestou no sentido de que, juridicamente, não haveria óbice na realização de acordo, sendo que foi considerado, no Balanço encerrado em 31/12/2015, que, embora tenha havido a perda da ação judicial, não era provável que uma saída de recursos fosse exigida para liquidar a obrigação. Portanto, não foi constituída, à época, a provisão para o referido processo. Mesmo assim, a PGM orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta. Além disso, tendo em vista que a condenação imposta pela 14ª Vara Cível da Capital foi posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Companhia, baseada no entendimento da Procuradoria Geral do Município, registrou na Provisão para Contingência o montante de R\$ 6.451 mil, equivalente a 20% do valor da causa, referente aos honorários advocatícios. Em 14/03/2016, foi encaminhado Ofício à Secretaria de Finanças para formalização do ajuste, com a consequente extinção do processo, e prevendo que os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

honorários advocatícios e de sucumbência deverão ser objeto de novo ajuste entre a PMSP e a São Paulo Transportes, se houver decisão de que tais verbas não compõem o acordo.

No entanto, em 31/12/2016, foi aumentada a provisão com a SPTrans em de R\$ 50.732 mil em face do potencial desembolso, considerando a situação do andamento da ação de execução.

Em 31/12/2017, foi reduzida a provisão em R\$ 10.695 mil em razão de retificação de cálculos, com a concordância da SPTRANS.

Da nota explicativa nº 14, "Provisões para Contingências" do balanço de 31/12/2018, constou:

"O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R\$49.086 (incluídos 20% de honorários). Entretanto, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo, para revisão do percentual dos honorários de sucumbência. Contra essa decisão, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento. "

Em 10/2018 a provisão para dissídio e encargos, com saldo de R\$ 10.822 mil, que se encontrava indevidamente no exigível a curto prazo, foi reclassificada para o exigível a longo prazo. Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma, foi acrescentado o ACT 2017/2018, com estimativa de aumento de 2% nos salários.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências tributárias que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas e que são as seguintes: PIS e COFINS – R\$ 5.006, IRPJ e CSLL – R\$ 268.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

A Companhia não mantém contratos de arrendamento operacional.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixados sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade que não estejam registradas no passivo.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

A Companhia não possui contratos de futura compra de produtos ou serviços.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não se aplica em relação aos tópicos, uma vez que a Companhia não praticou operações relacionadas aos mesmos.

- b. natureza e o propósito da operação;**

Não se aplica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não se aplica. A Companhia não está realizando investimentos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos;

Não se aplica. A Companhia não está buscando financiamentos para a realização de investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento e também não existem previstos de ocorrer.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não aplicável, uma vez que não há nenhuma indicação de aquisição pela Companhia de algum dos itens acima mencionados.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não criou e nem desenvolveu novos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

produtos e ou serviços e não investiu e não investe em pesquisas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.